



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**EDITAL**

**CONCORRÊNCIA Nº 009/2015**

O MUNICIPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo TÉCNICA E PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), Nº 02 (PROPOSTA TÉCNICA) E Nº 03 (PROPOSTA DE PREÇO) até às **13:30 hs do dia 20 de novembro de 2015**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situado na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em consultoria para formulação do Plano Estratégico do Município do Rio Grande (PEM/RIG), de acordo com o descrito no Anexo I Termo de Referência e demais disposições deste Edital e de seus Anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Somente poderão participar desta Concorrência as empresas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

2.3. Também não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da obra e do fornecimento de bens a eles necessários:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;

c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta licitação;

d) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens; ou convênios e instrumentos equivalentes, conforme Decreto Est. nº 48.705, de 16 de dezembro de 2011.

e) servidor ou dirigente do Município do Rio Grande

2.4. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 4., uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo VI deste edital.

2.5. Cada licitante poderá ter somente um representante legal para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório. Esse representante deverá estar munido de documento de identidade com fé pública e de procuração com poderes específicos para esse fim (o instrumento desse mandato, devidamente assinado pelo diretor ou responsável legal pela sociedade empresária, com firma reconhecida em cartório), documento este que será apresentado fora dos Envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 e juntado aos autos do processo.

2.6. Se o representante for proprietário ou sócio diretor da sociedade empresária, deverá comprovar essa qualidade através da apresentação de documento hábil, que lhe será devolvido.

2.7. É permitida a participação sob forma de consórcio;

2.8. É vedada a subcontratação total;

2.9. É permitida a participação de empresas estrangeiras desde que apresente Decreto de Autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir e, ainda, atenda as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

### **3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

3.1 Para a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança;
- c) apresentação de todos os documentos de habilitação por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e para efeito da qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, devendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;
- d) impedimento de participação de empresa consorciada na mesma licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente;
- e) responsabilidade solidaria dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- f) No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, nos termos do compromisso referido na alínea “b” desse item.
- g) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea “a” desse item.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

Os envelopes deverão ser entregues separadamente, fechados e indevassáveis, opacos e claramente identificados na sua parte externa e frontal da seguinte forma:

#### **4.1. DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e as propostas também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no GCLC - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, com os seguintes dizeres:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**INVÓLUCRO 01: CONCORRÊNCIA Nº 009/15**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO**  
**DO MUNICÍPIO PEM-RIG**  
**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE:**

**INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 009/15**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO**  
**DO MUNICÍPIO PEM-RIG**  
**PROPOSTA TÉCNICA**  
**PROPONENTE:**

**INVOLUCRO Nº 03: CONCORRÊNCIA Nº 009/15**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO**  
**DO MUNICÍPIO PEM-RIG**  
**PROPOSTA DE PREÇO**  
**PROPONENTE:**

4.2. A entrega dos envelopes implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos

## **5. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

5.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

5.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

### **5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

5.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

5.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

- a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;
- b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão (ões) Negativa (s) englobando todos os tributos (mobiliários e imobiliários);

5.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante

5.2.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

5.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

5.2.6 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

5.2.7. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

5.2.8. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 5.2.6, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

### **5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

5.3.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula.

5.3.1.1. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez e pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

Os índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)** devem ser **maiores que 1,00**, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

5.3.1.2. Os índices devem ser calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho e entregues junto à proposta financeira:

5.3.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, emitida nos últimos 06 meses.

5.3.3. Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a 10% (dez por cento) do total cotado especificado no 7. do Edital, de acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 31 da Lei de Licitações;

5.3.3.1. O valor a que se refere o Item 5.3.3. é 10% (dez por cento) do montante dos valores propostos pela empresa licitante com base nos valores declarados no item 7.

#### **5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais ou responsáveis técnicos.

A comprovação da capacidade será realizada com a entrega dos documentos previstos nos itens abaixo:

##### **5.4.1. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL**

5.4.1.1. Registro da empresa no Conselho competente.

##### **5.4.2. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL**

5.4.2.1. Declaração firmada por profissional de nível superior detentor de no mínimo, curso de especialização compatível com a área objeto da presente licitação, devidamente registrado no MEC onde fique claro que o mesmo irá atuar como responsável técnico durante a execução dos serviços objeto do presente Processo Licitatório, a declaração deverá conter:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

- a) nome do profissional.
- b) CPF e RG.
- c) nome da empresa licitante.
- d) CNPJ da empresa licitante

5.4.2.2. Prova de que o profissional de nível superior, que assumirá a responsabilidade técnica pela Coordenação do Projeto, é detentor de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA ou no CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a **responsabilidade técnica** pela coordenação, gerência de contrato ou supervisão de serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a saber: experiência em planejamento estratégico e urbano, em municípios com mais de 5.000 (cinco mil) habitantes.

5.4.2.3. O profissional de que tratam os subitens 5.4.2.1 e 5.4.2.1 supra deverá ser o responsável técnico pela Coordenação do Projeto em todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual. O profissional poderá ser substituído durante a execução contratual, desde que previamente comunicado ao CONTRATANTE, e por este aprovado, e que o substituto atenda às exigências dos subitens 5.4.2.1. e 5.4.2.3 bem como obtenha a mesma pontuação da proposta técnica obtida pela licitante em razão do substituído.

5.4.2.4. Não terão validade atestados fornecidos por empresas filiais de mesma matriz e/ou empresas de um mesmo grupo.

## **5.5. - DECLARAÇÕES**

5.5.1. Declaração de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indicação da qualificação de cada um dos profissionais integrantes da equipe técnica mínima que se responsabilizará pela execução do objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo V, firmada pelo representante legal ou por procurador da licitante, acompanhada dos respectivos currículos profissionais simplificados, assinados pelos profissionais indicados, e da declaração de cada profissional de que aceita a sua inclusão na equipe e que atuará pessoalmente na execução contratual.

5.5.2. A equipe técnica mínima a ser indicada encontra-se prevista na tabela constante do subitem 1.3.3 do Anexo IV e no modelo constante do Anexo V, dentre os quais encontra-se o profissional de que tratam os subitens 5.4.2.2. e 5.4.2.3 supra, que deverá assumir a responsabilidade técnica pela Coordenação do Projeto.

5.5.3. Declaração formal de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do Anexo VI, firmada pelo representante legal ou por procurador da licitante.





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

5.5.4. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos. Modelo Anexo III.

5.6 A documentação de habilitação (Capítulo 4.), exigida deverá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

5.7 Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

5.8 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

5.9. Para fins de credenciamento dos representantes às sessões licitatórias, deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitações, em original ou cópia autenticada, fora dos envelopes: (a) AUTORIZAÇÃO, (b) ou procuração pela qual o licitante habilita seu representante com plenos poderes de decisão, inclusive para renunciar ao direito de interposição de recursos; (c) ou documento legal que comprove ser o participante sócio da licitante, com poderes para representá-la. O sócio do licitante deverá comprovar que tem legitimidade para representá-lo.

## **6. DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.1. O Envelope nº 02 deverá conter a proposta técnica, que deverá ser elaborada e conter os documentos conforme disposto no Anexo IV– Critérios de Avaliação e Pontuação das Propostas Técnicas.

6.2. A proposta técnica deverá ser apresentada em 01 via, redigida com clareza, de forma que não dificulte o seu preciso entendimento, sem emendas, acréscimos, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração e não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, acompanhada de todos os documentos e atestados que deverão ser apresentados com vistas à sua pontuação.

6.3. Todas as páginas da proposta técnica deverão estar numeradas e rubricadas, sendo que a última deverá estar assinada pelo representante legal ou procurador da licitante.

6.4. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado e autenticados pelo Consulado





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**7. DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1. O Envelope nº 03 deverá conter a proposta de preço, apresentada em 01 via, com os seguintes documentos:

**7.1.1. Resumo da Proposta de Preço** – composto por orçamento discriminado dos serviços, expresso em moeda corrente nacional, contemplando os PREÇOS UNITÁRIOS e o PREÇO GLOBAL.

7.1.2. A proposta deverá apresentar preços unitários e global, pelo lote único, sendo vedada imposição de condições ou opções. Somente serão admitidas propostas que ofereçam apenas um preço;

7.1.3. O preço global proposto deverá atender à totalidade dos itens e da quantidade exigidos pelo lote, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

**7.1.4. Declaração de Validade da Proposta** – declaração da licitante de que sua proposta de preço vigorará pelo prazo mínimo de 60 dias, a contar da data marcada para a entrega dos Envelopes.

**7.1.5. Cronograma Físico-financeiro** – contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento definidas a partir do cronograma de desembolso por produto, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho, e apresentado na proposta técnica.

7.1.6. A proposta de preço, que deverá conter a designação da licitante e demais características indispensáveis a uma perfeita individualização, deverá ser apresentada em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pela licitante, por seu representante legal ou procurador.

7.1.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para cobrir todas as etapas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital, contemplando materiais, ferramentas, equipamentos, mão-de-obra, encargos comerciais, trabalhistas e fiscais, transportes, administração, lucros e quaisquer outras despesas para a execução do objeto da licitação. Nenhuma reivindicação de pagamento adicional será considerada se for devida a qualquer erro ou mal-entendido por parte da licitante.

7.1.8. Todos os documentos apresentados deverão estar assinados pela licitante, por seu representante legal ou procurador.

**8. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DO DESEMPATE.**

**8.1. DO RECEBIMENTO**

8.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido até às **13:30 hs** do dia **20 de novembro de 2015 no GCLC**, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo que



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

8.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

**8.2. DA ABERTURA**

8.2.1. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

- a) abertura dos envelopes contendo os documentos relativos à habilitação das licitantes, e sua apreciação;
- b) devolução dos envelopes fechados às licitantes inabilitadas, contendo as respectivas propostas técnicas e de preço, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- c) publicação do resultado da fase da habilitação
- d) repasse dos envelopes contendo as propostas técnicas das licitantes habilitadas para a Comissão Especial Técnica, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- e) apreciação, pontuação e julgamento das propostas técnicas pela CET, conforme previsto neste Edital e em seu Anexo IV;
- f) devolução dos envelopes fechados às licitantes que tiverem as suas propostas técnicas desclassificadas, contendo as respectivas propostas de preço, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- g) publicação do resultado de análise técnica
- h) abertura dos envelopes contendo as propostas de preço das licitantes habilitadas e com as suas propostas técnicas classificadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- i) verificação da conformidade de cada proposta de preço com os requisitos do Edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
- j) julgamento da proposta de preços e classificação final das propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital;
- k) publicação do resultado final
- l) deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

8.2.2. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitações;

8.2.3. É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

### **8.3. DO JULGAMENTO**

8.3.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão julgadas pelo **critério de Técnica e Preço**, obedecendo ao procedimento estabelecido no § 2º e, especialmente, § 1º, inc. I, do art. 46 da Lei Fed. nº 8.666/93 com suas alterações, e ao que segue:

8.3.2. A análise e a pontuação das propostas técnicas, que terão **peso 60**, serão realizadas de acordo com o Anexo VI – Critérios de Avaliação e Pontuação das Propostas Técnicas.

8.3.3. A proposta técnica concorrerá a, no máximo, **100 pontos**, os quais serão atribuídos à licitante de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo IV.

8.3.4. A análise e a pontuação das propostas de preço, que terão **peso 40**, serão realizadas de acordo com os seguintes critérios:

8.3.5. A proposta de preço concorrerá a, no máximo, **100 pontos**, os quais serão atribuídos à licitante que apresentar o menor valor global.

8.3.6. Após a verificação dos preços e demais condições estabelecidas no Edital, será atribuída a cada proposta de preço uma Nota da Proposta de Preço (NPP). Para a atribuição da Nota da Proposta de Preço (NPP) será considerado o valor global da proposta, sendo-lhes atribuída uma Nota conforme variação linear da diferença do menor preço apresentado. Assim, à proposta de menor preço será atribuída a Nota da Proposta de Preço (NPP) igual a 100 pontos e às propostas de preço seguintes uma Nota da Proposta de Preço (NPP) menor, linearmente proporcional à diferença entre cada preço proposto e o menor preço de todos, conforme segue:

$$NPP = \frac{\text{menor preço proposto} \times 100}{\text{preço proposto pela licitante}}$$

8.3.7. A licitante vencedora será aquela que obtiver a maior Pontuação Final – PF, que será dada pela soma da Nota da Proposta Técnica – NPT multiplicada pelo peso 60 com a Nota da Proposta de Preço – NPP multiplicada pelo peso 40, dividida por 100, conforme segue:

$$PF = \frac{(NPT \times 60) + (NPP \times 40)}{100}$$



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**Onde:**

PF = Pontuação Final;

NPT = Nota da Proposta Técnica;

NPP = Nota da Proposta de Preço.

8.3.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes; e

8.3.9. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

#### **8.4. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

8.4.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, no horário da 13:00h às 17:30h;

8.4.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

8.4.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, com observância do horário acima mencionado;

8.4.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

8.4.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;

8.4.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

8.4.7. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

#### **8.5. DO DESEMPATE**

8.5.1. No caso de empate na Pontuação Final (PF) entre duas ou mais propostas, será declarada vencedora a licitante que tiver obtido a maior Nota da Proposta Técnica. Se o empate persistir, o desempate ocorrerá por sorteio.

8.5.2. O desempate por sorteio será realizado em sessão pública, da qual será lavrada ata circunstanciada.

#### **8.6. DA HOMOLOGAÇÃO**

8.6.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

8.6.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 6.6, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8.6.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

#### **9. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES**

9.1. O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período a critério da contratante.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 anos;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.4. As sanções previstas nos incs. III e IV do art. 87 da Lei Fed. nº 8.666/93 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais, que em razão dos contratos regidos por esta Lei tenham:

a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

- b) praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A multa prevista no art. 87 da Lei Fed. nº 8.666/93 será aplicada conforme Minuta de Contrato - Anexo II deste Edital.

## **10. DA SUB CONTRATAÇÃO**

10.1. A licitante vencedora poderá, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte do serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem as cláusulas pactuadas.

10.2. Para assinatura do termo de contrato, a licitante vencedora deverá apresentar o contrato firmado entre a licitante e a empresa subcontratada, demonstrando o seu vínculo para a prestação dos serviços da presente licitação.

10.3. A empresa subcontratada deverá apresentar os documentos conforme a seguir:

10.3.1. Certidão de registro da subcontratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, do Estado de origem, com o visto do CREA/RS ou do CRA/RS, para empresa não domiciliada no Estado;

10.3.2. Prova de regularidade da subcontratada com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas em conjunto pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

10.3.3. Prova de regularidade da subcontratada com a Fazenda Estadual de sua sede, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independente da localização da sede ou filial da subcontratada;

10.3.4. Prova de regularidade da subcontratada com a Fazenda Municipal de sua sede;

10.3.5. Prova de regularidade da subcontratada perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

10.3.6. Prova de regularidade da subcontratada perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, mediante apresentação da Certidão de Débito relativa às Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

10.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos pela subcontratada perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

5.452, de 1o de maio de 1943.

10.3.8 - Será aceito em substituição ao solicitado nos Itens 10.3.2. e 10.3.6, Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro.

## **11. DA RESCISÃO**

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

11.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

## **12. DA GARANTIA**

12.1. A título de garantia, a Contratada deverá depositar 5% (cinco por cento) do valor do contrato que poderá ser através de caução em dinheiro, em títulos de dívida pública ou fidejussória, fiança bancária, ou ainda seguro de término de obra contratado com seguradoras ou instituições financeiras, a qual será devolvida após o recebimento provisório da obra.

## **13. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. Os pagamentos serão realizados por produto e por medição, de acordo com o cronograma físico-financeiro, após a sua entrega e aprovação pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após a protocolização da nota fiscal ou nota fiscal-fatura. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida, também, certidão negativa relativa à regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial do licitante.

13.3. A protocolização somente poderá ser feita após a conclusão e liberação da etapa do serviço, conforme cronograma físico-financeiro, por parte do órgão fiscalizador competente.

13.4. A liberação das faturas de pagamento por parte do Município fica condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, de documentação fiscal correspondente à aquisição de



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

bens e serviços relativos à execução do contrato, cujo prazo para dita exibição não deverá exceder a 30 dias contados da data de suas emissões.

13.5. Haverá a retenção de todos os tributos nos quais a CONTRATANTE seja responsável tributário.

13.6. O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra, especializada ou não, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, água, luz, vigilância, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

13.7. A CONTRATANTE poderá reter do valor da fatura da CONTRATADA a importância devida, até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas ou contratuais.

13.8. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Município de Coordenação e Planejamento

02 – Complexo Técnico de Coordenação e Planejamento

04 – Administração

121 – planejamento e Orçamento

0221 – Plano Diretor de Rio Grande e Normas Complementares

1208 – Elaboração do Plano Estratégico do Município do Rio Grande

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 2335

Recurso Vinculado

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 2336

Recurso Livre

#### **14. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução de todas as etapas deste Contrato serão de responsabilidade de técnicos designados por portaria pela CONTRATANTE, conforme disposto no art. 67 da Lei Fed. nº 8.666/93.

14.2. O objeto deste Contrato se estiver de acordo com as especificações do Edital, das propostas técnicas de preços apresentadas pela CONTRATADA e deste instrumento, será recebido:

14.2.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 dias; e

14.2.2. definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria de até 90 dias, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

**15. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**15.1 Dos Direitos;**

15.1.1. da CONTRATANTE: receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas; e

15.1.2. da CONTRATADA: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

**15.2. Das Obrigações:**

15.2.1. da CONTRATANTE:

15.2.1.1. efetuar o pagamento ajustado; e

15.2.1.2. dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

15.2.1.3. fiscalizar a execução deste Contrato conforme disposto no art. 67 da Lei Fed. nº 8.666/93; e

15.2.2. da CONTRATADA:

15.2.2.1. prestar os serviços na forma ajustada;

15.2.2.2. atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

15.2.2.2.1. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem onera o objeto do Contrato ou restringe a regularização e o uso dos produtos objeto deste Contrato;

15.2.2.3. manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.2.4. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% do valor inicial atualizado do Contrato;

15.2.2.5. apresentar durante a execução do Contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente Contrato, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

15.2.2.6. cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

15.2.2.7. apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no início da execução do Contrato;

15.2.2.8. responsabilizar-se pela participação efetiva do(s) profissional(ais) indicado(s) no subitem 8.11 do Edital, durante toda a execução das obras e/ou serviços do objeto deste Contrato;

15.2.2.9. submeter à apreciação da CONTRATANTE a substituição do(s) profissional(ais) indicado(s), referido no subitem 8.11, apresentando todos os documentos exigidos;

15.2.2.10. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluído ou reduzido essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

15.2.2.11. atender integralmente ao Anexo I- Termo de Referência e à proposta técnica.

15.2.2.12. executar todos os serviços rigorosamente de acordo com o Anexo I- Termo de Referência e em conformidade com as normas pertinentes da ABNT, Ministério das Cidades, DAER e determinações dos serviços públicos das administrações municipais locais;

15.2.2.13. fornecer todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, os quais deverão ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos;

15.2.2.14. elaborar os estudos e coordenar os trabalhos por profissionais habilitados e especializados, com registro no respectivo órgão de classe, os quais deverão ser os mesmos indicados pela CONTRATADA como integrantes de sua Equipe Técnica Mínima, admitida a sua substituição somente nas condições previstas no Edital e Contrato, sob pena dos serviços serem recusados e de serem aplicadas as sanções administrativas previstas.

15.2.2.15. empregar terminologias e simbologias técnicas em todos os serviços e projetos. Sempre que houver norma técnica da ABNT estabelecendo simbologia e/ou convenções, estas devem ser utilizadas e indicadas através de legendas, notas e glossário apostos nos relatórios e plotados nas plantas;

15.2.2.16. antes de iniciar os trabalhos, providenciar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) no CREA e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) do CAU, ou outros conselhos de classe relacionados aos serviços, entregando ao fiscal do Contrato as vias da CONTRATANTE devidamente quitadas.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. O Edital e Anexos se encontram a disposição dos interessados, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site [www.riogrande.rs.gov.br](http://www.riogrande.rs.gov.br) – Portal Transparência.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

16.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no GCLC (fone 3233.8417), até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

16.3. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

**Anexo I – Projeto – Termo de Referência, Planilha e Plano de Trabalho**

**Anexo II - Minuta de Contrato.**

**Anexo III - Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores**

**Anexo IV – Critério de Avaliação e Pontuação das Propostas Técnicas**

**Anexo V – Modelo de indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação – responsável técnico e equipe técnica mínima.**

**Anexo VI – Declaração de Recebimento de Documentos e Conhecimento**

16.4. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

16.5. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente Concorrência.

16.6. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado.

16.7. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

16.8. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

16.9. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – Central de Compras, e entregues protocolados dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações, na Rua Marechal Floriano nº 458, Centro, Rio Grande/RS.

16.10. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

16.11. Os serviços serão realizados mediante o regime de empreitada por preço global.

16.12. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.**

16.13. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

16.14. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 21 de setembro de 2015.

Ademir Giambastiani Casartelli.  
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.